

Comentário sobre o texto de Marcelo Medeiros: "Entendendo a riqueza para combater a pobreza"

Celi Scalon*

Os estudos sobre estratificação têm se mostrado fundamentais para a compreensão de processos que definem, em grande medida, a sociedade brasileira. Hoje ninguém duvida de que é a desigualdade social a marca mais expressiva de nosso país. É ela que desenha a estrutura social brasileira e tem impacto sobre questões tão relevantes quanto o destino da democracia, a garantia de justiça social e remete, em última instância, à solução de problemas tão dramáticos como a violência, a pobreza e a segregação. Nesse sentido, para entender a pobreza no Brasil é preciso reconhecer que ela é produto de uma das mais extremas concentrações de renda do mundo.

O debate sobre o enfrentamento das desigualdades conduz a uma discussão mais abrangente sobre políticas sociais e projetos de nação. Para tanto, é indispensável analisar as condições em que as desigualdades surgem e se reproduzem historicamente, travando-se uma discussão sobre quais são as condições necessárias para que as oportunidades sejam iguais *de facto*. Sabe-se que a desigualdade não é um fato natural, mas um construto social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, o resultado de escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade.

A desigualdade social em nosso país caracteriza-se por uma natureza multidimensional e estável, o que a transforma em rico objeto de análise. Torna também inevitável que, na base de todos os estudos sobre estratificação e pobreza, exista uma orientação normativa, de valor de justiça – e não é diferente no caso do artigo aqui apresentado por Mar-

* Doutora em Sociologia, professora e pesquisadora do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). E-mail: scalon@iuperj.br.

celo Medeiros. Ele estuda os ricos mirando a pobreza. Apresenta argumentos sobre distribuição de oportunidades e riqueza e indica, claramente, caminhos possíveis de políticas sociais para solução da desigualdade.

Medeiros argumenta, com razão, que para entender a pobreza é indispensável analisar a ponta da pirâmide – os ricos –, uma vez que a pobreza é no Brasil resultado imediato da péssima distribuição de renda. Qualquer iniciativa no sentido de diminuir os níveis de pobreza e desigualdade deve levar em conta que o Brasil não é um país pobre, já que tem PIB *per capita* de aproximadamente US\$ 5 mil. No entanto, há décadas o índice GINI mantêm-se em torno de 0,6 – um patamar bastante elevado.

Marcelo acerta ao prescrever as políticas redistributivas como caminho necessário e, talvez, o único eficiente, para a redução da pobreza e a melhora das condições de vida de grande parte da população. Rejeitando alternativas mais fáceis e “digestivas”, como “controle populacional” e “crescimento econômico” que são, entretanto, sabidamente ineficazes ou insuficientes para a transformação de um quadro de desigualdades sociais profundas e arraigadas, o autor escolhe caminho certamente árduo e pouco simpático à elite que, como ele reconhece, detém não só o poder econômico, mas também o poder político e o poder simbólico. Seu texto é provocativo e muito esclarecedor, vindo se somar aos estudos sobre elites que, embora escassos no Brasil, são de extrema qualidade, como os desenvolvidos por Elisa Reis desde o início da década de 1990.

Ao se colocar de frente para o problema, a Marcelo Medeiros resta, ainda, enfrentar os desafios metodológico e conceitual que o estudo da estratificação social, de forma genérica, ou o estudo dos ricos, de forma particular, impõe a seus analistas. São escolhas nada simples e, seguramente, nada inequívocas. Que dados ou informações podem ser mobilizados para uma análise dos ricos? Que variáveis usar para caracterizá-los, distingui-los? Ou mais diretamente: quem são “os ricos”?

Sobre os dados, ele passa pelo Censo, PNAD, POF e PPV, apontando vantagens e desvantagens em cada uma dessas pesquisas, todas produzidas pelo IBGE. Acaba por deter-se nos dados tributários que, embora sejam difíceis de obter, uma vez que o sigilo fiscal é garantido, são indispensáveis para a coleta de informações mais precisas sobre a parcela afluente da população. Afinal, Medeiros parece indicar que a solução mais adequada

para o levantamento de informações é a mobilização das diversas fontes de dados, priorizando, no entanto, o fisco.

Fica ainda um problema metodológico e conceitual a resolver, – o da definição dos ricos. O autor recorre aos estudos de estratificação, na medida em que essa área está mais sedimentada na tradição das Ciências Sociais do que as análises sobre riqueza. Encontra, porém, um arsenal insuficiente para atender aos objetivos buscados nos estudos sobre os ricos. Fundamentalmente construídos a partir de grupos ocupacionais, os esquemas de classe não fornecem elementos compatíveis com a definição de ricos e não-ricos. A falta de informações e a complexidade de incorporar as dimensões simbólicas, políticas, de estilos de vida etc., conduz à opção por basear a definição de rico apenas na variável renda. Medeiros argumenta que, apesar de imperfeito, esse é o melhor indicador disponível. Nesse ponto, ele faz uma escolha que é invariavelmente imposta a qualquer estudioso do campo da estratificação – em algum momento temos que nos deparar com os limites dos dados, com a dificuldade de lidar com matéria tão multifacetada e complexa, uma vez que é impossível integrar todos os fatores necessários para a definição de estratos sociais.

Para além da renda, pode-se perguntar qual o grau de homogeneidade deste grupo desde uma perspectiva de construção de subjetividade, de opinião política, de compartilhamento de valores e construtos sociais, de convergência de origens e destinos. No entanto, o momento da escolha é inevitável, e acaba por produzir uma decisão subjetiva que é, entretanto, apoiada em critérios teóricos e substantivos. Capital social, entendido como redes de relação, e capital simbólico são dimensões ausentes dos dados disponíveis no Brasil, podendo ser apenas inferidos a partir de outras variáveis e estudos realizados em outros países. Um vazio que impera sobre todos nós e, portanto, sobre qualquer classificação de estratos. Medeiros escolhe e defende sua escolha, de forma convincente.

O que diferencia ricos e não-ricos? Certamente o consumo – os primeiros destinam sua renda para a reprodução e aumento de sua riqueza; enquanto os não-ricos se restringem a necessidades básicas. Este é um quadro que nos remete à profunda cisão da sociedade brasileira – como se os dois grupos em questão vivessem mundos e realidades distintas. Estudos mostram que vimos assistindo, desde a década de 1970, a uma

crescente polarização das sociedades entre ricos e pobres. Talvez aqui possamos recuperar o argumento de BAUMAN (1999) sobre a divisão dos indivíduos entre ‘turistas’ e ‘vagabundos’. Segundo este autor, existe uma tendência polarizadora na pós-modernidade que conduz à segregação espacial e à exclusão, produzindo “dois mundos, duas percepções do mundo, duas estratégias” (BAUMAN, 1999, p. 109). Um quadro pintado com cores muito fortes, mas que expõe o aprofundamento das desigualdades.

Mas não basta saber quem são os ricos. É importante verificar o que os faz ricos. Quais são os componentes e determinantes da riqueza? Medeiros revela: “[...] as fontes de rendimento mais importantes são as remunerações do trabalho e as aposentadorias e pensões [...]”. Isso faz, segundo ele, com que famílias ricas e não-ricas tenham uma composição da renda agregada semelhante. Portanto é factível concluir que a sociedade brasileira é estratificada basicamente pelas diferenças nos rendimentos do trabalho. Grandes desigualdades de rendimento acabam por produzir fossos profundos entre ricos e não-ricos.

O autor mostra, ainda, que fatores como educação, raça, experiência profissional, sexo e região podem ser importantes na determinação dos rendimentos, mas não contam toda a história. Na verdade, a implementação ou mudança nas políticas previdenciárias, educacionais ou de discriminação positiva são condição necessária, mas não suficiente, para que trabalhadores não-ricos sejam alçados acima da linha de riqueza. Portanto, existem variáveis de difícil mensuração que, entretanto, não poderiam estar fora de um modelo explicativo da desigualdade e da riqueza. Capital social, ou relacional, capital cultural, para além da escola, e propriedade são algumas delas. A literatura já aponta para a importância das redes sociais na aquisição de *status*. Ressalto aqui o trabalho exaustivo de Putnam em *Bowling Alone* (2000). Também o capital cultural tem sido objeto de análise, como mostra o exemplar estudo de BOURDIEU, *Distinction* (1984). Infelizmente, além de serem de difícil apreensão, os dados referentes a essas duas temáticas são escassos no Brasil.

Medeiros descarta teorias culturalistas ou de filiação malthusiana para explicar a riqueza de uns e a pobreza de outros. Tampouco diferenças educacionais e práticas discriminatórias poderiam esgotar as causas da desigualdade. Para ele, a superposição das elites econômica e política

pode criar um quadro em que a esfera pública seja mobilizada para atender interesses privados através de políticas sociais de caráter não-distributivo. A conclusão do texto é quase um apelo para a necessidade de se conhecer melhor a natureza das desigualdades no Brasil, o que certamente não pode ocorrer sem um aprofundamento dos estudos sobre a riqueza e seus detentores: os ricos.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, P. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Harvard University Press, 1984..

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The collapse and revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

Recebido para publicação em junho de 2005.

